

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

1

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|--------------------------------|---|--|---|--|
| | Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências. | Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico; a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o câmputo no FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público; e a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao REPNBL. | Altera as Leis nºs 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o câmputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011. | Altera as Leis nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o câmputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011. |
| | A PRESIDENTA DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: | O CONGRESSO NACIONAL decreta: | O CONGRESSO NACIONAL decreta: | A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: |
| Lei nº 12.096, de 24 de | Art. 1º A Lei nº 12.096, de 24 | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|---|--|--|--|---|
| novembro de 2009 | de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações: (Revogado pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | | | |
| Art. 1º É a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2013: | “Art. 1º (Revogado pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | | | |
| I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinadas: (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | I - ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinadas: (Revogado pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | | | |
| a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica; a estruturas para exportação de granéis | a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica; a estruturas para exportação de granéis | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|---|--|---|--|--|
| líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; e, ainda, a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; e a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; e (Revogado pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | | | |
| b) a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | b) a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; (Revogado pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, conversão da Medida Provisória nº 594, de 2012) | | | |
| |” (NR) | | | |
| Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979 | Art. 2º A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações: | Art. 1º A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações: | Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações: | Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 1º O Seguro de Crédito à | “Art. 1º | “Art. 1º | “Art. 1º | “Art. 1º |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

4

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|--|---|---|--|---|
| Exportação tem a finalidade de garantir as operações de crédito à exportação contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar: | | | | |
| | | | | |
| Parágrafo único. O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, bem como as exportações brasileiras de bens e serviços. | § 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços. | § 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços. | § 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços, destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços. | § 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços, destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços. |
| | § 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR) | § 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR) | § 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.”(NR) | § 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR) |
| Lei nº 11.494, de 20 de junho | Art. 4º A Lei nº 11.494, de 20 | Art. 2º A Lei nº 11.494, de 20 | Art. 2º O § 3º do art. 8º da Lei | Art. 2º O § 3º do art. 8º da Lei |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|--|--|---|---|---|
| de 2007 | de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações: | de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações: | nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: | no 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: |
| Art. 8º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do Anexo desta Lei. | “Art. 8º | “Art. 8º | “Art. 8º | “Art. 8º |
| | | | | |
| § 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta Lei. | § 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro e cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado. | § 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro a cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio | § 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam a crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio | § 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam a crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|--|---|---|---|---|
| | | Teixeira. | Teixeira - INEP. | Teixeira - INEP. |
| |” (NR) |” (NR) |” (NR) |” (NR) |
| Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 | | Art. 3º A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração: | Art. 3º O § 3º do art. 29 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: | Art. 3º O § 3º do art. 29 da Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: |
| Art. 29. É beneficiária do REPNBL-Redes a pessoa jurídica habilitada que tenha projeto aprovado para a consecução dos objetivos estabelecidos no § 1º do art. 28, bem como a pessoa jurídica co- habilitada. | | “Art. 29. | “Art. 29. | “Art. 29. |
| | | | | |
| § 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2013. | | 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2014. | § 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2014. | § 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2014. |
| | |” (NR) |” (NR) |” (NR) |
| Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 | | | Art. 4º A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A: | Art. 4º (VETADO). |
| Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, | | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

7

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|---|---|--|---|---|
| no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados. | | | | |
| | | | “Art. 5º-A As instituições educacionais oficiais de ensino superior, não gratuitas, criadas por lei municipal, poderão aderir ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, mediante assinatura de termo de adesão, aplicando-se-lhes as disposições referentes às instituições privadas de ensino superior sem fins lucrativos não beneficentes.” | (VETADO). |
| Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 | Art. 3º A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a | | Art. 5º A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a | Art. 5º (VETADO). |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|--|---|--|--|---|
| | vigorar com as seguintes alterações: | | vigorar acrescida do seguinte art. 20-C: | |
| Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, previstas no inciso IX do caput do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013, conversão da Medida Provisória nº 593, de 2012) | “Art. 20-B. As instituições privadas de ensino superior habilitadas nos termos do § 2º do art. 6º-A ficam autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas no regulamento, resguardadas as competências de supervisão e avaliação da União, previstas no inciso IX do caput do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.” (NR) | | | |
| § 1º A supervisão e a avaliação dos cursos serão realizadas em regime de colaboração com os órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013, conversão da Medida Provisória nº 593, de 2012) | | | | |
| § 2º A criação de novos cursos | | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 606, de 18 de fevereiro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista) | Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados) | Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 (VET nº 22, de 2013) |
|--|---|--|--|---|
| deverá ser comunicada pelas instituições de ensino superior aos órgãos competentes dos Estados, que poderão, a qualquer tempo, pronunciar-se sobre eventual descumprimento de requisitos necessários para a oferta dos cursos. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013, conversão da Medida Provisória nº 593, de 2012) | | | | |
| | | | “Art. 20-C. Aos profissionais de educação e magistério atuantes no âmbito do Pronatec serão asseguradas formação inicial e continuada e capacitação no que tange às condições de acessibilidade, especificidades e garantias para plena participação de pessoas com deficiência no ambiente educacional.” | (VETADO). |
| | Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. | Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. | Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. | Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. |